

A gestão ambiental urbana na Amazônia: Um investimento de longo prazo da política pública

Agnès Serre *

Resumo

A Amazônia Legal registrou, na última década, o maior ritmo de crescimento urbano do país. A tendência atual mostra que o ciclo de forte migrações inter-regionais para a Amazônia acabou; os movimentos são agora intra-regionais. Segundo o resultado do censo de 2000, cerca de 60 % da população, ou seja, quase doze milhões de habitantes, estão morando em zonas qualificadas de urbanas. Como, de forma geral, o processo de urbanização não obedece a qualquer consideração ambiental e se faz, muitas vezes, sem ser planejado; as áreas urbanizadas da Amazônia carecem de serviços para atendimento à população. A moradia está desprovida de qualquer sistema de infraestrutura, de saneamento e de equipamento urbano. Certamente, esse problema não é próprio da Amazonia. Como em todos o país, o maior problema ambiental é urbano (lixo, saneamento, água...). A fragilidade da questão ambiental na política pública deve ser relacionada com a falta de recursos, tanto humanos quanto financeiros. Essa situação impede o aproveitamento das ferramentas a fim de fazer do desenvolvimento sustentável um desafio na elaboração das políticas públicas.

* Urbaniste, Doutora em Socioeconomia do Desenvolvimento na EHESS - Paris
Pesquisadora Visitante no CDS-UnB
Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília
CDS-UnB, SAS Quadra 05, bloco H, 70070-914, Brasília-DF
atserre@aol.com

O processo de urbanização na Amazônia é recente, menos de 30 anos, ou seja, uma grande parte da memória viva do que aconteceu está ainda presente. A colonização da região foi iniciada pela política pública que sustentava um modo de urbanização dirigida. Neste quadro, os núcleos urbanos deveriam assumir uma função econômica e social. O resultado é que, no início deste milênio, quase dois terços da população estão morando nesses núcleos urbanos. O povoamento da região decorre das configurações geográficas do espaço amazônico e dos processos de extração e exploração dos recursos naturais. Entretanto, se manifesta uma mudança: a função atrativa da região não é a mesma, não é mais foco de fortes fluxos migratórios. A questão urbana na Amazônia é importante porque tem muito a ver com os problemas ambientais da região. Nas zonas qualificadas de urbanas, predomina a ausência de infra-estruturas, a falta de saneamento básico e a pobreza da população. Em geral, a moradia e a expansão urbana não obedecem a qualquer consideração ambiental. O desafio para as políticas públicas urbanas é conseguir integrar na prática o conceito de desenvolvimento sustentável. Um dos critérios desse desenvolvimento é territorial, o que implica em configurações urbanas e rurais equilibradas, melhoria do ambiente urbano, estratégias de desenvolvimento ambiental seguras para áreas ecologicamente frágeis (Sachs, 2000). A questão não é simples, os obstáculos são numerosos e o investimento é a longo prazo.

A questão urbana na Amazônia

Atualmente, a Amazônia legal tem uma população estimada em vinte milhões, dos quais 60 % são urbanos. Isto significa que estão localizados em zonas qualificadas de urbanas¹, distribuídas em poucas cidades muito grandes (ultrapassando a faixa de 500 mil habitantes) e dezenas de pequenas ou médias cidades (de 20 a 250 mil). A localização dessas cidades mostra uma concentração do povoamento ao longo dos eixos de circulação fluvial e dos eixos rodoviários, que correspondem à *Amazônia dos rios* e à *Amazônia das estradas*. Esse padrão linear tem suas raízes na história da região. Antes das políticas públicas de colonização da Amazônia, o único

(1) Vários critérios são utilizados para definir o que entende por urbano, os quais variam tanto no espaço em função dos países quanto no tempo. Segundo o IBGE é considerado como situação urbana, as áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sede distritais) ou às áreas urbanas isoladas. Essa definição é administrativa. Existe também uma definição em função do tamanho das cidades, mas no caso deste estudo não é utilizado.

meio de comunicação era o rio. Léna (1986) lembra que a sociedade amazônica tradicional era uma sociedade ribeirinha, organizada em função dos rios e das cidades ao seu redor. Essa situação fez de Belém um dos pontos obrigatórios para sair da Amazônia – como também é o caso da cidade de Macapá, localizada ao norte do delta. Era a *Amazônia dos rios*. Dois períodos tiveram um papel capital na evolução das cidades da Amazônia. O primeiro foi o período da borracha ao final do século passado. O segundo foi a abertura do espaço amazônico e sua integração ao território nacional, no início da segunda metade do século XX. A política de ocupação deste espaço se deu pela construção de várias centenas de quilômetros de estradas. É assim que nasceu a *Amazônia das estradas*. Segundo Thery (1997), “...a *Velha Amazônia fluvial* permanece organizada segundo os afluentes do rio, mas o futuro é a *Nova Amazônia*, onde está progredindo uma das principais frentes pioneiras do mundo.”

O reconhecimento da transformação urbana da Amazônia remonta aos anos 80, com os trabalhos de vários autores como Becker, Machado, Sawyer e outros. Desde o início da integração da região amazônica ao resto do país, nos anos 60, sustentava-se que os centros urbanos fossem o lugar de circulação do capital, da informação e da força de trabalho. Estes centros seriam também o espaço de ação político-ideológica do Estado (Becker, 1986). Partindo-se desse modo de urbanização dirigida, os núcleos urbanos assumiriam uma função econômica na organização do mercado, uma função atrativa para a população e finalmente uma função de integração social. Nota-se que o papel do Estado é primordial nessa política, uma vez que impulsiona o planejamento do território, baseado em um modelo definido. Esse papel é também fundamental no processo de êxodo rural e no processo de expansão urbana, uma vez que as políticas públicas podem favorecer, com incentivos econômicos e fiscais, o desenvolvimento de novas atividades junto às aglomerações que irão atrair, por sua vez, mais capital e mais migrantes.

A problemática urbana tem um caráter particular na Amazônia brasileira, onde a construção do espaço, tanto rural quanto urbano, se faz no contexto da fronteira. Parece lógico afirmar que a colonização da Amazônia é um processo urbano, uma vez que o projeto de integração se baseia na urbanização como uma base logística de ocupação do espaço. Levando-se em consideração as duas ou três últimas décadas, pode-se verificar que a colonização agrícola dos novos espaços evoluiu rapidamente para um extenso processo de urbanização (Becker, 1990).

Na teoria, o processo de urbanização é medido pela multiplicação de núcleos habitacionais e pelo aumento da dimensão destes núcleos. Isso é visto como um processo de concentração da população, tanto na multiplicação dos núcleos, quanto no aumento da sua dimensão. Na prática, observa-se tal processo na Amazônia. Segundo os dados do IBGE, na década de 90, novos núcleos urbanos têm se formado nesta região e o crescimento urbano conheceu um ritmo acelerado, que introduziu mudanças na estrutura do povoamento regional. Entre as décadas de 70 a 90, a população urbana cresceu mais do que a população total, cujas taxas são o dobro da média do país, passando de 35 % em 1970 para 61 % em 1996. A Amazônia é a única região do Brasil onde cresce a população em cidades de menos de 100 000 habitantes, e onde o crescimento de cidades com 20 000 a 50 000 habitantes é expressivo.

A urbanização deve ser relacionada com o povoamento, o qual está ligado aos processos econômicos, sociais, de migração e de mobilidade da população. Browder J. O. e Godfrey B. J. (1997) percebem que o povoamento da Amazônia é complexo e múltiplo. Observa-se que nesta região, a maior parte do povoamento provém de migrações. Assim, em menos de trinta anos, cidades de algumas centenas de habitantes converteram-se em metrópoles, que crescem mais a cada ano. Enfim, segundo as observações de Becker (1999), o movimento migratório para a Amazônia se reduziu. Seu caráter é hoje principalmente intra-regional, significa que há grande mobilidade populacional dentro os estados amazônicos. Essa dinâmica regional favorece uma recomposição interna: alguns municípios têm uma taxa de crescimento elevada, há uma concentração da população em cidades de 50 000 habitantes e novos núcleos urbanos são formados. Mesmo se essa mobilidade parece temporária, a situação da evolução demográfica mostra que o ciclo de forte migração para a Amazônia acabou. A forte diminuição das migrações inter-regionais para a Amazônia se justifica entre outros com a suspensão de grandes projetos de colonização e obras públicas, conflitos de terra, desilusão com o acesso à terra (Sawyer, 2001, Moreira e Moura, 1997). Essa redução das pressões migratórias reflete também uma tendência ao nível nacional da dinâmica demográfica brasileira. Ela se caracteriza pelos dois aspectos: a rápida redução da taxa de crescimento demográfica, que caiu para a metade em três décadas; e a urbanização em geral. Esses dois aspectos implicam uma importante redução do contingente potencial de migrantes para a Amazônia, o que difere o momento atual do período em que a região foi foco de fortes fluxos migratórios.

Além de ser relacionado com as estradas e os rios como foi mencionado nos parágrafos precedentes, o povoamento tem muito a ver com os processos de extração e exploração dos recursos naturais, de atividades agropecuárias e agro-industriais. (Exceção feita aos processos econômicos ligados à produção e à circulação de mercadorias que, segundo Becker (2001), não influem na urbanização, que por sua vez não é dependente da produção). Uma grande parte da população amazônica está concentrada em um arco, chamado “arco de desmatamento”, que vai dos estados do Pará e do Maranhão até os estados do Rondônia e do Acre, passando pelo sul. Este arco corresponde à frente pioneira brasileira. Significa que há uma forte correlação entre as cidades e esses processos, muitas vezes qualificados de predatórios, no sentido de que eles implicam uma devastação do meio ambiente (desmatamento, queimadas, poluição das águas...). Assim, todas as cidades surgidas recentemente ou que estão em fase de formação, estão localizadas nos estados de expansão da fronteira, onde esses processos são mais ativos. Esse fato deve ser relacionado com a localização dos novos municípios que foram criados recentemente nos estados de Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Pará. Observa-se que há uma forte relação entre os núcleos urbanos, os novos municípios e esses processos econômicos e as conseqüências deles.

Problemas ambientais da Amazônia urbana

A maioria dos novos núcleos urbanos que apareceram na década de 90, resultam da formação de assentamentos urbanos em lugares inadequados à habitação, localizados na periferia ou ainda no próprio centro urbano, no caso das cidades, e com acesso difícil, no caso do interior. De forma geral, esses núcleos carecem de serviços para atendimento à população. Segundo os dados do Browder e Godfrey (1997) : entre 60 % e 80 % da expansão urbana das grandes cidades da região amazônica é realizada em mutirão nas favelas, sem nenhum sistema de saneamento, sem meio de transporte adequado.... Muitas vezes, a moradia está desprovida de qualquer sistema de infra-estrutura adequada e equipamentos e serviços em geral. Isto acontece tanto nas grandes metrópoles como nos pequenos núcleos urbanos da fronteira. Segundo várias fontes estudadas, a situação do meio ambiente na Amazônia é alarmante. As capitais estaduais, grande metrópoles regionais (Belém e Manaus), revelam com mais força os problemas ambientais urbanos. Tais problemas são as péssimas condições de vida e de saúde, as ocupações ilegais, que traduzem conflitos pelas terras, e as lutas da

população para melhorar as condições de vida. No resto do território amazônico, a proporção de municípios atendidos em termos de esgotos sanitários é cerca de 8 %. Apenas 36 % do lixo são coletados e 97 % são depositados em vazadouros a céu aberto ou em áreas alagadas. A sua cremação e a existência de aterros sanitários, apesar de estarem presentes em algumas cidades, são ainda exceções. Essa situação do destino do lixo é dramática porque favorece a proliferação de doenças, a contaminação de águas superficiais e subterrâneas. Enfrentando tais percentagens, é uma evidência que a disponibilidade de infra-estruturas urbanas na Amazônia é muito precária. Apesar de não serem problemas exclusivos da Amazônia, os índices de atendimento dos serviços urbanos públicos estão muito abaixo da média brasileira. A especificidade da Amazônia vem também da generalização destas carências. A estes aspectos se agrega o fato de que, os índices de pluviometria elevada que complicam ainda mais a situação do saneamento.

Assim, o processo de urbanização não obedece a qualquer consideração de natureza ambiental, fora alguns casos particulares. No meio rural, o ecossistema florestal é visto como uma reserva de recursos naturais e de produção para melhorar as condições de vida, e a ser explorada rapidamente antes que alguém se aproprie. No meio urbano, os problemas ambientais vêm do lixo acumulados em lugares inadequados, da falta de tratamento das águas e da poluição do ar resultante das queimadas e das diversas indústrias. Esse tipo e modelo de assentamento transforma o problema ambiental em grave limitação. Além disso, essa situação não parece preocupar a grande maioria da população, uma vez que o assunto é pouco tratado nas campanhas políticas. Na verdade, pode-se pensar que a falta de consciência da população a respeito do meio ambiente urbano é relacionada ao desconhecimento dos impactos negativos dessa atitude.

De fato, a exclusão social resulta desse processo de expansão urbana não planejado, não integrado na cidade inicial e não respeitosa ao meio ambiente. A exclusão social, tipicamente contrária ao desenvolvimento sustentável, elemento de insustentabilidade forte, pode ser vista como uma característica da urbanização na Amazônia. Na verdade, esse problema afeta o Brasil em geral. O que é relevante para a Amazônia, é o fato de que mesmo ali, onde o desejo ou o sonho é relacionado com uma visão de ambiente florestal, o maior problema ambiental é urbano (saneamento, lixo, água) ... como em todo o país. A relevância da exclusão social e o problema ambiental na Amazônia favorecem a segregação urbana em dois grandes grupos de

moradia - aqueles que beneficiam da fronteira e os excluídos da colonização. Esta divisão está refletida na própria estrutura dos núcleos urbanos. Observa-se que a exclusão urbana é a continuidade de um processo de exclusão que se iniciou na zona rural. Excluídos do desenvolvimento rural, os migrantes deixam o campo para a cidade na esperança de sobreviver melhor, sobretudo para ter acesso à saúde e à educação para os filhos. Mas a maioria deles já faz parte de uma lógica de excluídos: sem trabalho, sem formação e com poucos recursos. Para muitos deles, o milagre da cidade vira a realidade dura de favela. É sabido que as consequências da segregação urbana são a insegurança, a violência e a privatização do espaço urbano, que favorecem a separação radical entre as camadas sociais.

Aquelas situações encontradas nos núcleos urbanos mostram que o modelo de desenvolvimento urbano na Amazônia é muitas vezes contrário ao desenvolvimento sustentável. Assiste-se a uma devastação do meio ambiente, à poluição das águas, à multiplicação de assentamentos onde predomina a segregação urbana. A difícil questão é saber quem, na prática, tem interesse em aplicar uma verdadeira política respeitosa ao meio ambiente.

O exemplo do parque ambiental de Belém ilustra muito bem essa problemática. No início dos anos 90, a prefeitura decidiu destinar uma parte das reservas ambientais de Utingá para abrir um parque destinado ao público. O dia da inauguração foi um grande sucesso: muitas famílias aproveitaram a iniciativa para passar o fim da semana num lugar agradável onde a natureza é exuberante. Ao mesmo tempo, vários projetos de educação ambiental foram desenvolvidos com o apoio de várias universidades e órgãos públicos. Nota-se que, as reservas de águas da cidade estão localizadas nesta mesma área ambiental. O que aconteceu ? Menos de um mês depois, a prefeitura decidiu fechar o parque, que havia se transformado em uma “imensa lixeira pública”. Para acabar definitivamente com os efeitos nefastos ao meio ambiente, pois várias árvores foram cortadas, peixes foram pescados, as águas foram poluídas pelo lixo, e para proteger esse espaço natural e rico, o parque reintegrou as reservas ambientais, que não permitem a entrada da população. Esse fracasso é interessante, no sentido de proporcionar várias questões a investigar. Convém formular algumas perguntas importantes acerca dos problemas que envolvem o meio ambiente e procurar as respostas adequadas no contexto da análise da atual conjuntura socioeconômica.

Primeira pergunta: Será que população não está preparada para aproveitar o que o meio ambiente urbano pode oferecer ? Que tipo de divulgação e de formação pode ser feito para dar uma educação ambiental à população ?

Segunda pergunta: O poder público, mais especialmente o governo estadual ou municipal, tem realmente capacidade de implementar esses tipos de projetos ? Será que eles têm vontade mesmo de realizá-los ? Que tipos de estudos e pesquisas têm sido realizados, no sentido de se viabilizar uma política pública mais respeitosa ao meio ambiente urbano ? Quais são as possibilidades de associar o segundo setor -as empresas-, e o terceiro setor -as ONGs- à elaboração desses tipos de projetos ?

Há necessidade de responder a essas perguntas a fim de compreender melhor as razões deste fracasso. As respostas são importantes e urgentes, porque conduzem a uma outra questão igualmente capital. Qual é o desenvolvimento que se pretende para a região ?

O desenvolvimento sustentável nas políticas públicas urbanas

Na Amazônia, uma das realidades das políticas estadual e municipal é a fragilidade da questão ambiental, apesar de se colocar em evidência o enfoque do desenvolvimento sustentável nos discursos. Essa deficiência da política ambiental deve ser relacionada à falta de recursos, tanto humanos quanto financeiros; além de serem núcleos urbanos recém-criados, que adotam mais uma lógica de fronteira de curto prazo do que estratégia de desenvolvimento sustentável de longo prazo. Segundo o projeto Guaia (2000), a maior parte dos municípios da Amazônia não está capacitada para imprimir processos adequados de planejamento e controle urbanístico e ambiental, para viabilizar seus próprios marcos legais e cartografia adequada. Há necessidade de refletir sobre as definições de ferramentas que poderiam mudar esta situação.

A extensão da Amazônia proporciona amplas possibilidades de aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável. A questão urbana é um grande desafio para o desenvolvimento sustentável da Amazônia considerando a dimensão territorial desta região, que representa em torno de 50% do território nacional, a riqueza da natureza e a diversidade dos ecossistemas. Além disso, a dinâmica da urbanização na Amazônia pode ser vista como uns dos motores da construção de novos espaços construídos a partir de frentes pioneiras. O desafio consiste na definição e implementação de um novo padrão de desenvolvimento para a região amazônica. Este desenvolvimento

deveria conciliar o necessário desenvolvimento econômico; ser capaz de proporcionar melhores condições de vida para a população rural e urbana; manter o equilíbrio entre as duas realidades de vida; limitar o desflorestamento e definir a utilização do patrimônio natural com formas conservacionistas (Becker, 2001). Segundo Bartholo e Bursztyn (1999), deveria passar pela urbanização das condições de vida, expressão utilizada para designar um processo integrador das relações sociais, num sistema de valores e regras de comportamento muito mais amplo do que as condições de infra-estruturas materiais das cidades. Trata-se das relações mercantis, dos meios de comunicação, da educação e da cultura.

Esta política para conseguir um desenvolvimento mais sustentável da Amazônia é ampla, considerando o fato de que a região não se compõe de uma só realidade. Há necessidade de se identificar as diferenças entre cada realidade, para revelar os diferentes padrões de urbanização, a fim de aplicar um planejamento adequado. Tal processo só é possível no longo prazo; é preciso de muito tempo para mudar as coisas. Além disso, existe uma inadequação do prazo entre a política urbana, municipal ou estadual, e a conscientização da população a respeito do meio ambiente. A política urbana é de médio prazo, uma vez que o mandato dos governantes é de quatro anos, sabendo que a maioria dos políticos tem como preocupação principal a próxima eleição, que vai depender em parte dos resultados do seu mandato atual. Portanto, quatro anos é pouco para obter resultados significativos na área do meio ambiente. Temos o exemplo de Belém, onde a prefeitura não aproveitou totalmente o importante trabalho realizado, tanto na reabilitação e na construção de novas praças públicas, como no plantio de árvores em diversas ruas. *‘Não precisamos de praças bonitas, mas de empregos’*, foi um comentário comum naquela época. A gestão ambiental, pelo menos em área urbana, é um investimento de longo prazo. Voltando ao exemplo de Belém, quem pensa em criticar hoje o plantio das mangueiras no início do século XX ?

A definição e a realização de uma política que respeite o meio ambiente deveria vincular o Estado, que representa o primeiro setor, baseado essencialmente em um processo burocrático, o segundo setor, que engloba toda atividade econômica, e, o terceiro setor, a saber a própria Sociedade Civil. O papel do terceiro setor é capital, já que este trabalha pela coletividade. Uma grande parte das atividades do terceiro setor consiste em favorecer a eficiência do Estado na execução dos serviços públicos e de controlar as atividades do governo (Fernandes, 1997). Não significa que

o poder público deve delegar decisões públicas às instâncias privadas, sejam elas empresariais ou associativas; a partilha do processo decisório não deve ser confundida com renúncia ao papel regulador do estado (Bursztyn, 2001). Acontece, às vezes, que o terceiro setor seja associado ao processo de expansão urbana, como foi no caso de Belém. As organizações populares (associações de moradores, centros comunitários...) estavam as primeiras a justificar as ocupações de terreno na zona de expansão (Serre, 2000). Certamente, essas ocupações parecem mais uma luta pela terra, de acordo com as palavras de Ianni (1978), devido às necessidades das famílias carentes; mas os benefícios não podem justificar os danos e prejuízos ambientais. Não são unicamente recursos financeiros que faltam para elaborar e aplicar uma política pública urbana sustentável. Numerosos fatores contrários estão ligados aos diversos setores da vida pública e da sociedade.

Definições de ferramentas e a busca de parcerias

É evidente que a problemática do meio ambiente nas zonas urbanas deve ser estudada num contexto político, social e científico, porque ela não deve ser da responsabilidade apenas do poder municipal ou estadual. A resolução desta problemática se baseia na identificação dos elementos de uma política pública para melhorar a qualidade de vida. Através do conceito de qualidade de vida, considera-se o aspecto social e também o aspecto ecológico. Deve refletir sobre o fato de uma melhoria da qualidade de vida restrita única e somente às cidades (sem melhorias na área rural) poder favorecer ainda mais o êxodo rural. Para se evitar isso e garantir a permanência da população nas áreas rurais, a educação e a saúde são fatores importantes. Se essas infra-estruturas não existirem, os transportes e as estradas poderão facilitar o acesso da população rural aos centros urbanos.

Enfrentando a pouca eficiência da política urbana na gestão ambiental, deve-se, de uma parte, refletir sobre como fortalecer ainda mais as instituições públicas que atuam nesta área e como conseguir uma maior adesão dos órgãos públicos a respeito do papel do Conselho Nacional do Meio Ambiente. De outra parte, deve-se aproveitar as ferramentas existentes e já eficientes. Para constar como ações efetivas de uma política ambiental, as três seguintes linhas de intervenção do poder público parecem prioritárias: (i) a formação específica para os funcionários dos órgãos públicos - municipalidade e estado- sobre o que é o desenvolvimento sustentável; e a educação ambiental dos diversos componentes da sociedade, -moradores, crianças-;

(ii) subsidiar projetos, desenvolvidos nas zonas urbanas, cujo objetivo tem uma relação com o meio ambiente, saindo da demanda real da sociedade civil, e (iii) criar uma coordenadora ambiental relativamente autônoma em relação ao poder político para se poder ter projetos de médio e longo prazo (Serre, 2001).

A educação ambiental dos atores urbanos

A primeira coisa é, antes de se pensar em elaborar uma política pública para um desenvolvimento sustentável, refletir sobre os caminhos possíveis destinados a reforçar as capacidades das municipalidades para viabilizar seus próprios espaços de maneira sustentável. Como foi evocado nos parágrafos precedentes, a deficiência da política ambiental deve ser relacionada com, entre outros fatores, a falta de recursos humanos. Os caminhos do desenvolvimento sustentável iniciam pela formação dos homens que trabalham pelas instituições públicas, os políticos mas também os funcionários, responsáveis dos diversos serviços, os técnicos, os professores... Neste prazo, convênios poderiam ser realizados entre as prefeituras, as universidades ou as ONGs, envolvidas neste área. Seria uma excelente oportunidade para sensibilizar os funcionários dentro de um enfoque ambiental, especialmente quanto às regras elementares de proteção ao meio ambiente. Certo, não é uma novidade afirmar que há necessidade de elaborar programa de educação ambiental para os cidadãos e especialmente as crianças. É sabido que desenvolver atividades educativas no quadro das escolas permite conscientizar e sensibilizar a população quanto à sua responsabilidade com o meio ambiente. Mas vale a pena de repeti-lo.

Como já foi esposado no trabalho de Serre (2001), o exemplo mais conhecido e já aplicado em diversas cidades do mundo diz respeito ao lixo. Ensinar a jogar o lixo no lugar certo é o primeiro passo. Isso vale para qualquer tipo de lixo, do simples papel de picolé até o brinquedo quebrado. A quantidade de ‘pequenos lixos’ na rua, tanto nas ocupações como nos bairros ricos, apesar do esforço da prefeitura em colocar lixeiras acessíveis, testemunha a necessidade desse tipo de educação. Mesmo sendo a maioria de ‘pequenos lixos’ jogada por adultos, é surpreendente ver o impacto sobre os adultos, de uma criança pegando lixo do chão para colocá-lo numa lixeira. Uma propaganda de televisão sobre esse assunto conseguiu excelentes resultados, alguns anos atrás, em diversas cidades africanas. Um outro exemplo é explicar às crianças as bases da biologia vegetal, mostrando que uma planta, uma flor, árvore, etc. viva, respira e sobretudo sofre quando não é bem tratada. O impacto esperado é a

diminuição dos danos sobre a natureza, que sempre se tem em qualquer localidade urbana.

Subsídios para projetos ambientais a partir da demanda da sociedade civil

Apesar de ser um assunto bastante criticado e que envolve um certo nível de corrupção na Amazônia, subsidiar é necessário e, quando tal sistema de subsídio é bem controlado, pode-se influir de maneira significativa sobre a evolução dos acontecimentos. A política urbana não pode se esquecer dessa ferramenta, de modo a ampliar suas próprias ações e fortalecer as dinâmicas escolhidas.

Estudos e experiências mostram que o caminho do desenvolvimento sustentável, especialmente quando faltam recursos, recai na participação da população e da sociedade civil, na elaboração das políticas sociais, sendo o principal objetivo o de melhorar o dia-a-dia. O exemplo do orçamento participativo aplicado pela prefeitura de Belém a partir da segunda metade da década de 90 confirma isso. Geralmente, um projeto a partir de uma idéia compartilhada entre moradores chega ao resultado esperado. As instituições, as ONGs, têm um papel fundamental nos projetos, desde a identificação das idéias preliminares até a avaliação, incluindo a formulação de propostas e a gestão do dia-a-dia. Além disso, os financiadores consideram a participação delas uma garantia. Entretanto, elas devem deixar um espaço significativo para a ação dos moradores que estão diretamente envolvidos. Vêem-se projetos de desenvolvimento que, com o tempo, perdem a ligação com o seu público inicial. Esse problema é maior com os projetos de desenvolvimento ambiental, sendo que depois dos primeiros efeitos, os impactos são de médio e longo prazo, o que explica a perda da motivação do público inicialmente envolvido. Assim, além da participação conjunta dos moradores e das instituições ou ONGs, o projeto ambiental a ser subsidiado deve incluir um cronograma de avaliações periódicas, com determinados critérios previamente identificados, envolvendo tanto os beneficiados com o projeto, quanto os atores externos.

Criar uma coordenadoria ambiental

O objetivo é de associar todos segmentos da sociedade dentro de um enfoque ambiental. Pode ser feito na parcerias com as prefeituras, as instituições governamentais, outras não governamentais e a sociedade civil. No quadro desta parceria, um projeto interessante a desenvolver é a criação de uma estrutura de

coordenação ambiental que deve ter uma relativa autonomia em relação ao poder local. Essa estrutura será o que os atores envolvidos querem que ela seja. Ela poderia participar na avaliação das propostas de projeto e dos projetos ambientais já subsidiados pelo poder público. Ela poderia também atribuir um selo de qualidade ambiental aos projetos da sociedade civil, e participar, através de consultorias, da elaboração das políticas públicas. O orçamento dessa estrutura deve estar, em parte, desligado do poder público. Pode ser, por meio de um orçamento antecipado de três ou quatro anos. Pode ser também por meio de uma contribuição direta de empresas privadas, envolvidas ou não na questão ambiental. Pode ser também por meio de financiamentos internacionais, etc. As possibilidades de parcerias são numerosas.

Concluindo, as cidades da Amazônia enfrentam uma fase difícil, pouco aproveitando, por várias razões, possíveis oportunidades que surgiam. Acabou por privilegiar ações com retorno a curto prazo, esquecendo que a urbanização sustentável necessita de uma política urbana a médio e a longo prazo. Desta forma, as condições de vida pioraram para a grande maioria da população. Felizmente, as pressões ambientalistas não cessam e tentam fazer do meio ambiente uma prioridade. A fim de que o conceito de desenvolvimento sustentável não fique uma utopia, preciso integrá-lo na prática das políticas públicas. A adesão política de todas instituições públicas, governos estaduais e municipais, é necessária para obter resultados significativos. Apesar da necessidade de se resolver situações de urgência, especialmente a falta de infra-estrutura e equipamentos, os responsáveis políticos da gestão urbana não deveriam adiar medidas simples e pouco onerosas para se melhorar a qualidade ambiental da vida urbana. Eles precisam também refletir sobre novos mecanismos de regulamentação para limitar os efeitos do mau desenvolvimento.

Bibliografia

- Anuário estatístico do Brasil, 2000. Rio de Janeiro, FIBGE.
- Bartholo JR. R. S., Bursztyn M., 1999. *Amazônia sustentável, uma estratégia de desenvolvimento para Rondônia 2020*. Brasília, Ed. Ibama.
- Becker B. 1998. *A especificidade do urbano na Amazônia: Desafios para políticas públicas conseqüentes*. Secretaria de coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal/MMA.
- Becker, B. K., 1999. *Cenários de curto prazo para o desenvolvimento da Amazônia*, Cadernos do NAPIA, nº6.

- Becker B. 2001. “Síntese do processo de ocupação da Amazônia, Lições do passado e desafios do presente”, *In: Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia*. Ministério do Meio-Ambiente, Brasília : MMA. 436 p.
- Browder J. O. e Godfrey B. J., 1997. *Rainforest Cities, Urbanization, development, and globalization of the Brazilian Amazon*, Columbia University Press, New York.
- Bursztyn M.A.A., Bursztyn M. 2001. ‘E la nave va (and the spaceship goes on) : poverty, governability and environment ten years after Rio-92’, paper presented at: *Open Meeting of the Global Environmental Change Research Community*, Rio de Janeiro.
- Fernandes R.C., 1997. “O que é o Terceiro Setor ?”, *In : 3º Sector. Desenvolvimento social sustentado*, São Paulo, Editora Paz e Terra S.A.
- Ianni, O. 1978. *A luta pela Terra – história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis : Vozes.
- Kitamura P. C. 1994. *A Amazônia e o Desenvolvimento sustentável*. Brasília : Embrapa-SPI Brasília.
- Léna P., 1986. “Aspects de la Frontière Amazonienne”, *In: Cahiers des Sciences Humaines*, n°22, ORSTOM, Paris.
- Machado L. 1982. “Urbanização e migração na Amazônia legal: Sugestão para uma abordagem geopolítica”. Rio de Janeiro, *In: Boletim Carioca de Geografia*.
- Machado L. O. 1983. *Significado e configuração de uma fronteira urbana na Amazônia*. Belém, SBPC.
- Ministério do Meio Ambiente, 2000. *Gestão urbana ambiental para Amazônia, Projeto Guaiá*. Documento de referência, MMA, Brasília.
- Ministério do Meio Ambiente, 2001. *Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia*, MMA, Brasília.
- Moreira, M. e Moura H., 1997. “Dinâmica populacional da Região Norte”, *In: Seminário Desenvolvimento Econômico e Crescimento populacional : Tendências recentes e cenários futuros*, Campinas, 3-4 abril.
- Sachs I., 2000. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*, Garamond, Rio de Janeiro.
- Sachs, I. 1986. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vertice.
- Santos M. 1998. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec, 4.e edição. (Estudos urbanos, 5)
- Sawyer D., 2001. “Evolução demográfica, qualidade de vida e desmatamento na Amazônia ”, *In: Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia*, Ministério do Meio Ambiente, Brasília : MMA, 2001, 436p.
- Serre A., 1998. Meio Ambiente e poluição em Belém, Pará : contrastes e diversidade entre os bairros, *In : Reciclagem do lixo urbano para fins industriais e agrícolas*, organizado por A. Homma, Embrapa Amazônia Oriental/SECTAM/Prefeitura Municipal de Belém, Belém/PA, Brazil. p.83-96.
- Serre A., 2000. *Aménagement urbain et organisations populaires, le cas des quartiers de Belém, Brésil*, tese de doutorado em socioeconomia do desenvolvimento, EHESS, Paris, 296p.
- Théry H., 1997. “Processus et formes de l’occupation du territoire en Amazonie”, *In: Environnement et Développement en Amazonie brésilienne*. Paris, Belin, p.12 -23.